

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo 2014-2020

MAIO 2015





**Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
do Baixo Alentejo 2014-2020**

Este documento foi produzido pela CIMBAL –
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo com o
apoio técnico da IlmproveConsultt – Consulttória e
Estudos,, Lda.

EQUIPA TÉCNICA:

João FERMISSON (Coordenador)
Cristina NUNES
Helena PEIXOTO
Nuno DUARTE
Sérgio CAMELO

Maio'2015

CARACTERIZAÇÃO DO PROMOTOR

A experiência da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo na gestão direta de Fundos Comunitários decorre (a exemplo do que sucede com a maioria das restantes Comunidades Intermunicipais da região e do país) da implementação do contrato de delegação de competências de gestão técnica, financeira e administrativa com subvenção global estabelecido com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 em 22 de Dezembro de 2008.

Este contrato teve como suporte o Programa Territorial de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo apresentado pela Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, posteriormente transferido para a esfera da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo o qual assumiu na sua formulação o desígnio estratégico de ‘inverter o declínio social e económico da região, travar o recuo demográfico, a fragilidade económica, a debilidade empresarial e a dependência excessiva face ao investimento e emprego públicos, de forma a preparar a região para se tornar um território competitivo, atraente para a fixação de pessoas e de investimento num contexto diverso, rico e único do ponto de vista dos recursos, do ambiente e da cultura, no seio das regiões mediterrânicas do Sul da Europa’.

O plano de investimentos associado a este Programa Territorial de Desenvolvimento contemplou uma carteira de operações que totalizava um montante de investimento de aproximadamente 70 milhões de euros, correspondendo a subvenção global associada a um total de 44,9 milhões de euros (perfazendo, assim, uma taxa média de cofinanciamento comunitário FEDER de 64%). O perímetro de contratualização delimitado no Programa incluiu 13 dos 15 Regulamentos Específicos potencialmente abrangíveis por essa modalidade de gestão, ficando apenas excluídos os referentes à ‘Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e do Ensino Pré-Escolar’ e à ‘Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (Imateriais)’.

Do ponto de vista das funções de gestão delegadas, o Contrato inicialmente assinado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo contemplou a totalidade das competências passíveis de serem delegadas em Organismos Intermédios, sendo mais tarde alterado no âmbito dos designados ‘Memorandos de Entendimento’ estabelecidos entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

O desempenho destas competências deu origem à criação de uma Estrutura de Apoio Técnico segregada no seio da organização interna da Comunidade Intermunicipal, a qual é composta por um equipa de recursos humanos polivalente e multidisciplinar que acumulou uma experiência reconhecida pelos Municípios associados e que tem vindo a ser permanentemente atualizada através de participação em diversas ações de formação com relevância para as funções que desenvolve. Refira-se, em particular, que esta equipa dispõe hoje de competências específicas solidamente consolidadas nas áreas da avaliação e gestão de projetos cofinanciados através de Fundos Comunitários nas suas vertentes técnica, financeira e administrativa, possuindo todos os seus elementos uma experiência mínima de 5 anos nestas matérias.

De acordo com o estudo de ‘Análise Crítica da Implementação do Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008-2013’, realizado por uma equipa externa de consultores contratada pela Comunidade Intermunicipal, as auscultações realizadas internamente e junto de cada um dos Municípios associados foram unânimes em apontar os benefícios entretanto alcançados em termos de eficácia e de eficiência através da gestão descentralizada da Subvenção Global contratualizada por comparação àqueles que seria expectável obter através de

uma gestão totalmente centralizada na Autoridade de Gestão. Na ótica específica dos Municípios, os ganhos em apreço incidem especialmente sobre dimensões como a maior proximidade e disponibilidade da Estrutura de Apoio Técnico, a maior rapidez na decisão sobre pedidos de pagamento e de reprogramação de operações e a maior capacidade para antecipar e mitigar riscos associados à execução das operações (elegibilidade de despesas, conformidade de processos de contratação pública, etc.). O bom desempenho alcançado está igualmente patente na forte redução dos atos de gestão sujeitos a revisão e/ou supervisão por parte da Autoridade de Gestão, facto que traduz bem os níveis de segurança atualmente oferecidos através da assistência técnica prestada.

É de referir, finalmente, que os últimos dados disponíveis (apurados a 7 de Maio de 2015) apontam para uma taxa de execução de 94,3%, o que representa um valor marcante na atual fase do ciclo de vida do Programa Operacional Regional do Alentejo e do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. Salvaguardadas as necessárias diferenças de dimensão e objeto, interessa ainda assim assinalar que este valor compara com uma taxa de 77,8% para o conjunto do Programa Operacional Regional do Alentejo.

COPROMOTORES NÃO MUNICIPAIS

Copromotor I

[Associação “Nossa Terra” e a CERCITOP]

NIF: X

Designação Social: X

Objetivo Temático: 00

Prioridade de Investimento: 00

CARACTERIZAÇÃO DO PACTO

Situação atual do território

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-2020, a análise da realidade atual do Baixo Alentejo revela um território bastante fragilizado em termos socioeconómicos, reflexo de um percurso de mais de meio século onde predominou uma trajetória de progressivo e continuado definhamento da sua base demográfica e produtiva. Esta realidade é partilhada e encontra-se bem retratada no Plano de Ação Regional Alentejo 2020, que reconhece que “a situação de partida do novo período de programação é fortemente marcada por um conjunto de tendências pesadas que constituem importantes constrangimentos estruturais do Alentejo e das suas sub-regiões” (comportamento recessivo da demografia regional desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e dos territórios de baixa densidade, reduzido dinamismo do tecido empresarial, debilidades dos fatores estruturantes da atração de novos investimentos e desvantagens competitivas face a regiões concorrentes).

Perante esta constatação inicial, a adoção de uma leitura realista da situação de partida constitui uma condição central para estruturar um padrão de atuação consistente e efetivo, o que significa

não escamotear as condicionantes estruturais de caráter endógeno que afetam atualmente a região nem ignorar o peso específico das principais tendências que lhes estão associadas.

Assim, e tendo por base os diversos estudos de caracterização e diagnóstico disponíveis sobre a região, essas condicionantes estruturais possuem tradução a três níveis principais (i.e. pontos fracos):

- a escassez de massa crítica para viabilizar apostas que exijam um suporte humano mais numeroso, tanto de iniciativa empresarial (p.ex. investimentos industriais e turísticos de grande dimensão e intensidade em recursos humanos ou investimentos terciários direcionados para a satisfação do mercado local/regional) como na própria oferta de serviços públicos (educação, saúde, etc.), muito agravada pela tendência estrutural de despovoamento e envelhecimento demográfico instalada na região;
- a menor capacidade competitiva do tecido empresarial da região, maioritariamente caracterizado pela sua introversão face a espaços e circuitos económicos mais vastos (i.e. confinado apenas à satisfação de procuras locais) e por uma incorporação restrita de fatores avançados de competitividade (recursos humanos qualificados, I&D, etc.), como consequência de um conjunto de tendências pesadas que se foram arrastando através dos tempos e que contribuíram para limitar a propensão da classe empresarial para a modernização/inação e o surgimento de uma nova geração de empreendedores;
- a dificuldade de afirmação da região como espaço atrativo para a fixação de residência, fruto da escassez de oportunidades de emprego suficientemente diversificadas e remuneradas (sobretudo fora da esfera pública) e da persistência de lacunas relevantes em fatores básicos e avançados de qualidade de vida (serviços coletivos, programação cultural, etc.), potenciando processos de despovoamento – em particular protagonizados pela saída de jovens, qualificados ou não – para outras regiões ou países e afetando negativamente a capacidade de atração de populações exteriores à região.

A este conjunto de condicionantes endógenas, importa também adicionar um leque diversificado de ameaças exógenas à região que, possuindo maior ou menor expressão na atualidade, devem igualmente ser consideradas no quadro estratégico de referência da presente candidatura. Tais ameaças englobam dois tipos distintos de riscos para o Baixo Alentejo:

- risco de periferização/marginalização em relação aos territórios mais dinâmicos da sua envolvente imediata, impedindo que a região possa capitalizar plenamente a sua proximidade a essas dinâmicas;
- risco de desinvestimento e/ou falta de apoio ajustado às necessidades e desafios específicos de desenvolvimento da região por parte das políticas públicas da responsabilidade da Administração Central e da própria União Europeia.

No primeiro caso, a análise realizada revela que o Baixo Alentejo parece não estar a acompanhar as dinâmicas de consolidação/aumento de centralidade e atratividade locativa que se estão a desenhar na sua envolvente imediata. Para além do caso concreto do Algarve, que dispõe já de uma massa crítica significativa em termos demográficos e económicos (embora vivendo problemas estruturais inequívocos), é hoje patente que tanto o corredor viário correspondente ao eixo Vendas Novas-Évora-Elvas (apoiado no IP7) como o polo portuário e industrial de Sines estão a ganhar um novo protagonismo em termos regionais. Adicionalmente, embora num registo mais setorial, deve também referir-se a existência de fundadas perspetivas de crescimento turístico nos territórios envolventes do Algarve, do Alentejo Litoral e também do Alqueva, fruto

da sua dotação em recursos turísticos específicos e, muito em particular, por corresponderem a espaços prioritários da atual política pública de turismo. Face à inserção de alguns dos concelhos do Baixo Alentejo no designado espaço Alqueva e à proximidade da região em relação aos espaços turísticos mencionados, interessará conseguir tirar partido desse potencial e, tanto quanto possível, mitigar eventuais riscos de exclusão face às respetivas dinâmicas.

Relativamente ao segundo caso apontado, os riscos identificados estão sobretudo relacionados com o sentido que as diferentes políticas públicas (nacionais e comunitárias) poderão vir a tomar no curto e médio prazo relativamente a territórios como o Baixo Alentejo. No que diz respeito à Política Comunitária de Coesão, a grande incerteza prende-se com a suficiência e o regime de aplicação do conjunto de recursos financeiros que virão a ser canalizados para a região, assim como com o grau de ajustamento (*'matching'*) entre as prioridades temáticas de intervenção a privilegiar e as necessidades concretas a nível local e regional; da mesma forma, não são também claros os termos em que a Política Comunitária de Agricultura e Desenvolvimento Rural poderá ser mobilizada para acorrer eficazmente às necessidades específicas da região, sobretudo num território que vem experimentando uma profunda mutação do seu modelo agrícola e onde a baixa densidade corresponde a uma característica estrutural que exige abordagens e soluções de política muito específicas (e até experimentais). Quanto às políticas nacionais, o principal foco de preocupação relaciona-se com as restrições que vêm sendo impostas em matéria de despesa pública em diversos domínios setoriais de atuação da Administração Central (educação, saúde, transportes, ação social, justiça, etc.) e, em concreto, às implicações especialmente gravosas que assumem em territórios regressivos e de baixa densidade como o Baixo Alentejo (e, em geral, para todo o interior do país); o impasse que afeta atualmente a conclusão de infraestruturas determinantes para o futuro da região (como o IP8 e o IP2) é, neste contexto, uma das manifestações mais evidentes e recentes daquelas restrições.

SWOT: principais pontos fortes

Identidade regional forte e diferenciadora

Capacidade de fixação/atração demográfica dos principais centros urbanos e sedes de concelho

Potencial de conectividade externa/internacional possibilitado pela existência de uma infraestrutura aeroportuária

Relevância económica do 'stock' de recursos minerais presentes na Faixa Piritosa Ibérica

Dinâmica de modernização agrícola decorrente do aproveitamento da capacidade de regadio instalada e a instalar

Atratividade revelada na captação de investimentos exógenos de média e grande dimensão nos setores agrícola, energético e mineiro

Potencial de aproveitamento turístico do 'stock' de recursos ambientais e culturais

Alguma densidade institucional (sobretudo pública) associada aos principais centros urbanos (instituições de ensino superior e de investigação aplicada, escolas de formação profissional, etc.)

SWOT: principais pontos fracos

Persistência de níveis salariais e de vida inferiores à média nacional

Escassez de massa crítica nos planos demográfico e económico

Dinâmica instalada de retração e envelhecimento do efetivo populacional

Persistência de lacunas (ainda) relevantes no domínio da oferta de infraestruturas, equipamentos e serviços de natureza coletiva

Forte dependência da população em relação a instrumentos financeiros públicos de apoio social

Debilidade estrutural do tecido empresarial

Introversão da base económica regional e fraca expressão de atividades ligadas a bens transacionáveis

Insipiência da capacidade organizativa de acolhimento, estímulo e apoio ao desenvolvimento empresarial

Debilidade quantitativa e qualitativa da base de recursos humanos disponível

Níveis de retenção e desistência no Ensino Básico superiores à média nacional

SWOT: principais oportunidades

Posicionamento ativo em termos de captação dos fluxos migratórios dirigidos ao território nacional

Exploração de relações de proximidade e complementaridade em relação aos polos turísticos envolventes (Algarve, Alentejo Litoral e Évora)

Obtenção de visibilidade e dimensão crítica por via da integração em movimentos de cooperação (cultural, científica, económica, etc.) nos âmbitos nacional, ibérico, europeu, mediterrânico e sul-americano

Recetividade do mercado à valorização integrada e diferenciada de produtos com identidade territorial reconhecida (marcas-território)

Disponibilidade de recursos comunitários para cofinanciamento de projetos de desenvolvimento regional, urbano e rural (2014-2020)

SWOT: principais ameaças

Polarização de atividades e fluxos (terrestres e aéreos) nos principais centros urbano-metropolitanos e logísticos do Sudoeste Ibérico

Polarização de dinâmicas de consolidação/ crescimento económico e demográfico no eixo do IP7 (Lisboa-Évora-Badajoz) e no polo de Sines

Polarização de dinâmicas de investimento e procura turística nos polos turísticos envolventes (Algarve, Alentejo Litoral e Évora)

Desvalorização tendencial das políticas públicas apoiadas em lógicas simples de discriminação positiva a regiões menos desenvolvidas

Persistência do atual contexto de crise económica e as próprias políticas para a região, juntando-se à restante lógica de retração da despesa da Administração Central (em investimento e

exploração) em territórios regressivos e de baixa densidade

Desafios e fatores críticos de sucesso

O Baixo Alentejo enfrenta um quadro estrutural particularmente adverso ao seu desenvolvimento, marcado pela prevalência das debilidades da região sobre as suas potencialidades.

Assim, uma das vias de intervenção a seguir passará pela consolidação de fatores de defesa da região face a ameaças externas, com destaque para a polarização de recursos e dinâmicas em territórios vizinhos e da retração da despesa da Administração Central em territórios de baixa densidade. Este esforço irá requerer que:

- os principais aglomerados urbanos ganhem massa crítica, condição essencial para viabilizar dinâmicas sustentadas de realização de investimento e de fixação/atração populacional;
- os recursos turísticos sejam melhor organizados numa ótica de produto e beneficiem de uma maior estruturação em termos de distribuição e promoção;
- a projeção externa da região dispõe ganhe maior consistência e capacidade de penetração junto dos segmentos de procura pertinentes, assegurando em paralelo uma elevada capacidade de resposta às expectativas geradas.

A exploração de vantagens competitivas deverá envolver a capitalização de oportunidades (externas) a partir dos pontos fortes da região. Um domínio claro onde esta opção se coloca é o da procura de complementaridades entre as ofertas turísticas da região e da sua envolvente (Algarve, Alentejo Litoral, etc.), dado que:

- não é expectável que o Baixo Alentejo venha a evidenciar, per se, uma capacidade de atração turística tão significativa como a que tem ou previsivelmente terá lugar nesses territórios;
- a maior parte dos recursos públicos (e também privados) destinados à expansão, qualificação e promoção da oferta turística será tendencialmente concentrada nesses territórios;
- a diferenciação de ambas as ofertas poderá estimular práticas de ‘cross-selling’ com relevância para o desenvolvimento turístico do Baixo Alentejo.

A exploração deste tipo de oportunidades poderá complementar uma política turística exclusivamente de tipo ‘stand-alone’. A concretização do potencial turístico regional será assim tanto mais eficaz quanto maior for a capacidade de evoluir em termos de produto, distribuição e promoção.

Por último, dever-se-á assumir um conjunto de necessidades de reorientação de modo a ultrapassar o bloqueio que algumas das fragilidades da região impõem sobre o potencial gerado pelas oportunidades externas. Este é o caso da fraca capacidade de captação de fluxos migratórios dirigidos ao país (ou provindos de outras regiões), fundamental para mitigar a incapacidade de auto-regeneração demográfica da região, que terá de se articular com a atração de investimento e o reforço das condições de estímulo à fixação residencial. É necessário, também, assegurar uma melhor capitalização do potencial de transformação aberto pelos projetos de regadio já concretizados e prospetivados para a região (com destaque para o Alqueva), designadamente ao nível da criação e retenção de valor por via do alongamento de cadeias de produção, transformação e comercialização que liguem a exploração agrícola com a transformação agroindustrial (alimentar e não-alimentar) dos seus ‘outputs’.

Objetivos e vocação específica do ITI

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo é entendido pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo como um dos vários instrumentos de natureza mais programática e operacional que se pretende vir a mobilizar na região com vista a concretizar a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial adotada para este território e materializada através do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-2020. Em resultado deste entendimento, o Pacto não constitui uma nova estratégia (ou seja, é consistente e detalha as orientações constantes da referida Estratégia Integrada) e deve forçosamente ser visto como um instrumento complementar de outras iniciativas de natureza contratual que se perspectiva virem a ser ativadas no âmbito das abordagens integradas de desenvolvimento territorial previstas no Acordo de Parceria Portugal 2020 (Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, Pactos Territoriais para a Empregabilidade, Contratos Locais de Desenvolvimento Social, etc.). Para além de iniciativas autónomas conducentes à mobilização de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento fora do âmbito restrito desta panóplia de instrumentos, é relevante assinalar que a plena concretização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Baixo Alentejo exigirá sempre o recurso a outras fontes e mecanismos de financiamento.

Este entendimento encontra suporte no texto do Acordo de Parceria Portugal 2020, no qual se refere que as “Estratégias de Desenvolvimento Territorial servirão igualmente de referência para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local, em territórios urbanos, rurais ou nos espaços de articulação entre ambos”, sendo nesse âmbito que tem lugar “a criação de um quadro estratégico subregional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pelas CCDR, que garanta a coerência das intervenções, independentemente da forma como são implementadas (ITI ou DLBC), e que permita assumir explicitamente o desenvolvimento rural, o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento das zonas costeiras como parte integrante do desenvolvimento regional”. Em continuidade e reforço desta interpretação, é igualmente explicitado que “este quadro estratégico sub-regional, dinamizado pelas associações de municípios, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional, deverá igualmente ser assumido como referencial no âmbito de outras intervenções, para além das que vierem a estar integradas nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI) ou em DLBC promovidos no território”.

Em coerência com todo este conjunto de aspetos, o referencial estratégico assumido pelo Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo é aquele que decorre da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial adotada e entretanto reconhecida, sem prejuízo da existência de contribuições mais intensas do Pacto para determinados objetivos em sequência da estrutura e vocação das Prioridades de Investimento e tipologias de intervenção passíveis de lhe serem alocadas. Esta diferenciação encontra-se melhor explicitada na descrição do Programa de Ação adiante apresentada, embora se antecipe desde já que o Pacto foi estruturado em função dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Obtenção de ganhos de eficiência na utilização de energia;
- Proteção e valorização dos ativos específicos do território regional;
- Dinamização da capacidade de empreendimento empresarial;

- Reforço dos níveis de coesão social;
- Melhoria dos níveis de sucesso educativo;
- Intensificação do esforço de modernização administrativa dos Municípios.

Da mesma forma, e em linha com o texto aprovado do Acordo de Parceria Portugal'2020, interessa expressar e deixar claro que o entendimento adotado pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo relativamente a este tipo de instrumento contratual é o de que os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial “deverão abranger as intervenções das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da estratégia, com especial ênfase na reorganização da oferta dos serviços públicos e coletivos, sejam eles na área da inclusão ou da educação e formação, bem como no aumento da qualidade de prestação desses mesmos serviços ou dos serviços prestados diretamente pelas entidades municipais e intermunicipais, nomeadamente através de medidas que promovam a modernização administrativa e a qualificação desses serviços”. Esta opção política fundamental é, portanto, uma sequência ‘natural’ da orientação veiculada pelo Acordo de Parceria e, sobretudo, do facto de que “a totalidade do território de uma CIM que tenha um ITI contratualizado não terá acesso, fora do ITI, às tipologias contratualizadas, ou seja, não haverá concursos fora dos ITI nos PO para projetos municipais dessas tipologias nesses territórios”. Interessa realçar, a este respeito, que o presente Aviso abre a possibilidade - não mandatária - de inclusão no Pacto das intervenções protagonizadas por outro tipo de agentes, embora só aos Municípios seja vedada a possibilidade de acesso às tipologias contratualizadas fora do contexto do Pacto.

Sem prejuízo desta opção de fundo, que possui implicações muito objetivas na estrutura do plano de investimentos proposto, interessa deixar claro que todo o processo de preparação do Pacto foi marcado por um intenso esforço de auscultação e concertação com entidades não-municipais, designadamente organismos da Administração Central, associações de desenvolvimento local, associações empresariais, entidades do sistema científico e tecnológico regional e organizações da designada economia social. Este exercício, especialmente relevante no caso dos investimentos sujeitos a mapeamento prévio para aprovação pela Comissão Europeia, permitiu identificar um elevado consenso relativamente quer à exiguidade dos recursos disponíveis para afetação aos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (sobretudo nos domínios mais ‘tradicionais’ de investimento municipal), quer ao desafio que o acesso preferencial ao Fundo Social Europeu é suscetível de desencadear no perfil futuro da intervenção dos Municípios.

Verificou-se, igualmente, uma forte predisposição coletiva para encontrar vias conjuntas que permitam otimizar o acesso aos recursos que serão disponibilizados através do Acordo de Parceria Portugal 2020 por parte de todos os ‘stakeholders’, o que será paulatinamente alcançado através da construção conjunta de uma arquitetura concertada de soluções atenta à sua diferente natureza institucional e adaptada às necessidades específicas de cada tipologia particular de agentes. A este nível, interessa destacar que o presente Pacto comporta ainda uma margem de 2,2 milhões de euros de Fundo não programados especificamente destinados a acolher iniciativas de outros parceiros regionais, existindo já perspetivas de virem a ser firmados alguns acordos de colaboração nessa perspetiva (caso da Turismo do Alentejo).

Modelo de participação ativa dos atores territoriais para a boa implementação do Pacto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo agora apresentado

constitui uma das peças estruturantes de operacionalização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial aprovada para esta região, inscrevendo-se por isso no âmbito de um processo mais vasto de construção de instrumentos de natureza mais programática e operacional que contribuam para a sua efetivação no terreno. Entende-se, portanto, que o desenvolvimento (mesmo que não inteiramente coincidente no tempo) de instrumentos como o Pacto, as Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, os Pactos Territoriais para a Empregabilidade ou os Contratos Locais de Desenvolvimento Social não pode deixar de ser visto como parte integrante de um mesmo processo.

Neste contexto, e em resposta a uma preocupação sistematicamente veiculada pelos Municípios e outros parceiros-chave associados à Estratégia Integrada, a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo tem procurado assegurar o máximo de consistência e racionalidade nas dinâmicas de participação e parceria que têm sido promovidas na região com vista a evitar a excessiva multiplicação de fóruns e estruturas de suporte à concretização daqueles instrumentos. Esta aposta tem sido concretizada através da valorização dos órgãos e mecanismos de articulação associados ao modelo de ‘governance’ regional preconizados e implementados no quadro da Estratégia Integrada, tentando assegurar que todos os parceiros estão sistematicamente informados do estado dos processos em curso e são adequadamente mobilizados na sua concretização.

Um exemplo concreto deste posicionamento agregador pode ser encontrado na iniciativa recentemente conduzida pela Comunidade Intermunicipal no sentido de dotar o Baixo Alentejo de uma proposta única de ‘mapeamento prévio’ para todos os investimentos abrangidos por este requisito decorrente da operacionalização do Acordo de Parceria Portugal 2020, independentemente dos mesmos serem ou não da responsabilidade dos Municípios. Esta iniciativa revelou-se fundamental no sentido de criar condições mínimas à concretização desses investimentos com recurso aos meios financeiros do Programa Operacional Regional Alentejo 2020, colmatando assim as lacunas de informação e conhecimento manifestadas pelos diversos agentes suscetíveis de se virem a constituir como beneficiários.

A Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo considera assim dispor dos mecanismos adequados para garantir a participação ativa dos diferentes atores territoriais no processo de operacionalização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial aprovada, incluindo no – mas não se limitando ao – caso do presente Pacto. Com efeito, e tal como fica melhor detalhado nas componentes relativas ao modelo de governação do Pacto (ver infra), encontram-se desde já previstos os termos concretos através dos quais será possível assegurar um acompanhamento regular e sistemático por parte daqueles atores no processo de gestão e implementação do Pacto, assumindo aí especial destaque a centralidade que é atribuída ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Baixo Alentejo. Esta opção é plenamente consistente com o disposto no Acordo de Parceria, que atribui a este órgão a responsabilidade pela articulação estratégica das diferentes abordagens territoriais integradas aí preconizadas e que, também no Baixo Alentejo, se pretendem ver implementadas.

Valor económico e social da intervenção estratégica (objetivos de crescimento sustentável e inclusivo)

A demonstração do valor económico e social que a implementação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo é suscetível de aportar à região é objetivamente demonstrável pelo seu grau de incorporação dos objetivos de crescimento constantes da Estratégia ‘Europa 2020’ (em particular no que respeita aos objetivos de

promoção do crescimento sustentável e do crescimento inclusivo) e, designadamente, do seu contributo através das Prioridades de Investimento que serão mobilizadas com vista a integrar o seu perímetro de intervenção.

Neste contexto, e no que à promoção do crescimento sustentável diz respeito, o Pacto proposto irá contribuir ativamente para a concretização na região dos Objetivos Temáticos 4 (Apoiar a Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono), 5 (Promover a Adaptação às Alterações Climáticas e a Prevenção e Gestão de Riscos) e 6 (Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência dos Recursos). De forma mais concreta, este contributo será materializado através de intervenções que permitirão:

- reduzir o consumo energético na Administração Local;
- reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas;
- ampliar os níveis de sensibilização e educação no domínio da valorização dos resíduos;
- valorizar o património cultural e natural.

Relativamente à promoção do crescimento inclusivo, o Pacto proposto irá contribuir ativamente para a concretização na região dos Objetivos Temáticos 8 (Promover o Emprego e Apoiar a Mobilidade Laboral), 9 (Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza) e 10 (Investir no Ensino, nas Competências e na Aprendizagem ao Longo da Vida). De forma mais concreta, este contributo será materializado através de intervenções que permitirão:

- melhorar as competências empresariais dos empreendedores;
- disponibilizar soluções integradas de acolhimento para microempresas;
- capacitar grupos sociais vulneráveis em termos pessoais, sociais e profissionais;
- fomentar a inclusão e a participação por via da cultura;
- diversificar a oferta de serviços sociais dirigidos à população sénior;
- reforçar a rede regional de equipamentos sociais;
- melhorar o desempenho escolar dos alunos;
- colmatar situações deficitárias de cobertura ou desempenho funcional dos equipamentos de ensino.

Finalmente, e de forma complementar, o Pacto irá ainda contribuir para a promoção do crescimento inteligente por via de intervenções integradas no Objetivo Temático 10 (Melhorar o Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade). Este contributo será materializado, em particular, através de intervenções que fomentem uma utilização mais alargada e otimizada das tecnologias de informação e comunicação na Administração Local.

Tal como pode ser extensivamente confirmado no Programa de Ação (ver infra), o conjunto de metas de realização e de resultado que o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo assume representa um contributo proporcional face ao montante de recursos solicitados para concretizar na região as metas adotadas pelo Acordo de Parceria e pelos Programas Operacionais financiadores.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

O Baixo Alentejo apresenta um sistema de povoamento com características muito próprias, consequência de um modelo de fixação e distribuição populacional assente numa estrutura de povoamento concentrado historicamente organizado em torno de cidades, vilas, aldeias e montes, correspondendo a organização político-administrativa do território a um fator decisivo na configuração e hierarquização da sua rede urbana (vd. capital de distrito e sedes de concelho). Esta estrutura tem sido afetada ao longo das últimas décadas por uma pesada tendência de retração do efetivo demográfico, a qual tem sido acompanhada pela aglomeração em torno dos polos de maior dimensão populacional.

A fragilidade da rede de cidades e vilas (aferida pela sua dimensão populacional) e, em particular, dos aglomerados rurais constitui, neste quadro, um ponto fraco estrutural do Baixo Alentejo, o qual é ainda agravado pela configuração espacial do sistema de povoamento. Com efeito, e tendo em conta a importância da proximidade geográfica no estabelecimento deste tipo de relacionamento (sobretudo numa perspetiva de relacionamentos quotidianos), importa salientar aqui que:

- a superfície média dos concelhos do Baixo Alentejo (657 km²) representa cerca do dobro do valor médio registado no conjunto do país (320 km²);
- as elevadas distâncias por estrada entre sedes de concelho repercutem-se negativamente nos custos de interação suportados (em tempo e em valor monetário) e, nalguns casos, na própria viabilidade dessa interação numa lógica de pendularidade diária.

A questão da distância física entre os diferentes nós da rede urbana representa, assim, uma condicionante estrutural ao reforço da integração e articulação interna do território regional, a qual se soma a uma densidade demográfica extremamente reduzida e às tendências de despovoamento (ainda) em curso. Muito embora esta condicionante não possa ser entendida numa perspetiva simplista de determinismo geográfico, considera-se fundamental não desprezar a sua influência sobre o modelo (atual e futuro) de organização e funcionamento do território regional.

Do ponto de vista funcional, a cidade de Beja corresponde claramente ao centro urbano melhor dotado no contexto do Baixo Alentejo, embora patenteie uma capacidade limitada de projeção a nível regional. Os restantes centros apresentam pouca diferenciação hierárquica entre si, fruto da fraca diversidade e especialização/raridade das funções que disponibilizam.

O conjunto dos fatores expostos (reduzida dimensão dos centros urbanos, elevadas distâncias físicas entre si e fraca diferenciação das funções disponibilizadas), também reconhecidos e assumidos no Plano Regional de Ordenamento do Território, está na origem de níveis pouco expressivos de mobilidade interconcelhia de caráter regular (i.e. fluxos pendulares) e, inclusivamente, pontual (p.ex. aquisição de bens e serviços). Dentro deste contexto, o relativo protagonismo da cidade de Beja tende a explicar-se pela forte concentração de serviços públicos diversos que aí tem lugar, definindo-se os restantes centros urbanos definem-se pela fraca capacidade de polarização face à envolvente (normalmente restrita aos limites concelhios).

O quadro descrito coloca problemas e desafios complexos em matéria de coesão e interação entre os diferentes nós da rede urbana regional, salientando o papel que as cooperações e articulações de proximidade poderão vir a desempenhar no futuro. Num contexto ainda

marcado pela intensidade assumida por processos de despovoamento, está a acentuar-se o contraste entre os principais centros urbanos (que conseguem resistir àquela tendência) e a sua envolvente de pequenos aglomerados rurais (claramente em perda e com níveis de envelhecimento demográfico e desvitalização funcional extremamente elevados).

A próxima geração de instrumentos de planeamento não poderá deixar de tentar dar resposta a este conjunto vasto de desafios (bem destacados, de resto, na Visão de Desenvolvimento preconizada pela Estratégia Integrada de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo), designadamente por via de uma combinatória eficaz entre:

- o papel dos instrumentos de planeamento territorial (designadamente dos Planos Diretores Municipais e do Plano Regional de Ordenamento do Território) na reestruturação dos modelos de organização do território a nível concelhio e regional, sobretudo na sua componente de 'planos de estrutura' e de referenciais de suporte às decisões de localização, dimensionamento e configuração de elementos dotados de maior rigidez locativa;
- o papel dos instrumentos de planeamento setorial/temático (Cartas Educativas, Cartas Sociais, Planos de Mobilidade e Transportes, etc.) na reestruturação dos modelos de provisão de serviços coletivos às populações, tanto no que se refere a soluções de localização 'fixa' como a soluções assentes na acessibilidade/mobilidade física ou virtual da oferta.

Relativamente a esta última dimensão, e em linha com uma das propostas constantes da Estratégia Integrada de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo, considera-se que será desejável avançar a breve trecho para o desenvolvimento de um Plano de Mobilidade que abranja a totalidade da região do Baixo Alentejo e que assegure uma visão de conjunto para este território, sobretudo no que respeita ao sistema de transportes públicos. Contudo, esta é uma decisão que aguarda ainda uma maior clarificação ao nível do quadro legal aplicável ao setor (vd. Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros), assim como uma definição mais precisa da metodologia de abordagem que se encontra presentemente a ser trabalhada entre as entidades que integram o modelo de governação do Portugal 2020 e a tutela (Instituto da Mobilidade dos Transportes).

PROGRAMA DE AÇÃO

Eixos, Objetivos Estratégicos e Específicos e principais resultados a atingir

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo posiciona-se como um dos vários instrumentos de natureza mais programática e operacional que se pretende vir a mobilizar na região com vista a concretizar a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial adotada para este território e materializada através do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-2020. Nesta aceção, deve ter-se presente que o Pacto não constitui uma nova estratégia (ou seja, é consistente com a referida Estratégia e procede à especificação das vias operativas para a concretizar no terreno) nem esgota todos os recursos, instrumentos e intervenções que a prossecução daquela Estratégia irá exigir (ou seja, corresponde a uma abordagem necessariamente parcial que assumirá contribuições mais intensas para determinadas apostas estratégicas em resultado da estrutura e vocação das Prioridades de Investimento e tipologias de intervenção passíveis de lhe serem alocadas).

A estrutura do Programa de Ação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo foi desenhada no sentido de estabelecer uma relação direta com as Prioridades

de Investimento/tipologias de operações que integram o perímetro de contratualização preconizado no presente Aviso. Neste contexto, o Pacto foi organizado em função dos seguintes Eixos:

Eixo A: Promoção da Eficiência Energética

Eixo B: Proteção e Valorização dos Ativos do Território

Eixo C: Dinamização do Empreendedorismo e das Atividades Económicas

Eixo D: Reforço da Inclusão e da Coesão Social

Eixo E: Promoção do Sucesso Educativo

Eixo F: Modernização da Administração Local

O Eixo A tem como Objetivo Estratégico a obtenção de ganhos de eficiência na utilização de energia, incluindo aí o reforço da utilização de fontes renováveis de energia. Este Eixo será operacionalizado através de uma Medida com o objetivo específico de reduzir o consumo energético na Administração Local (A.1).

Os principais resultados visados por este Eixo (devidamente quantificados na secção seguinte) passam por reduzir o consumo de energia primária na Administração Local.

O Eixo B tem como Objetivo Estratégico a proteção e valorização dos ativos específicos do território regional. Este Eixo será operacionalizado através de quatro Medidas com os objetivos específicos de reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas (B.1), reforçar as capacidades de gestão face a riscos naturais e antrópicos (B.2), sensibilizar e educar para a valorização dos resíduos (B.3) e valorizar o património cultural e natural (B.4).

Os principais resultados visados por este Eixo (devidamente quantificados na secção seguinte) passam por:

- implementar medidas concretas decorrentes das estratégias e planos de adaptação às alterações climáticas existentes/a realizar;
- implementar medidas concretas decorrentes dos planos de emergência e proteção civil existentes/a realizar;
- aumentar o grau de sensibilização e conhecimento da população relativamente à temática da valorização de resíduos;
- aumentar o volume de visitantes e dormidas na região.

O Eixo C tem como Objetivo Estratégico a dinamização da capacidade de empreendimento empresarial, tendo em vista a promoção do crescimento económico e a criação de emprego na região. Este Eixo será operacionalizado através de três Medidas com os objetivos específicos de disponibilizar soluções integradas de acolhimento para microempresas (C.1), melhorar as competências empresariais dos empreendedores (C.2) e fomentar a modernização e as condições de competitividade da atividade agrícola (C.3).

Os principais resultados visados por este Eixo (devidamente quantificados na secção seguinte) passam por:

- fomentar a utilização plena dos viveiros de empresas criados/existentes/intervencionados;

- capacitar empreendedores para a criação e/ou desenvolvimento de empresas;
- criar condições acrescidas de suporte ao desenvolvimento da agricultura de regadio.

O Eixo D tem como Objetivo Estratégico o reforço dos níveis de coesão social na região, com especial enfoque na minimização da exposição a fatores e dinâmicas de exclusão dos segmentos mais vulneráveis da população residente e na mitigação das suas consequências. Este Eixo será operacionalizado através de quatro Medidas com os objetivos específicos de reforçar a rede regional de equipamentos sociais (D.1), capacitar grupos sociais vulneráveis em termos pessoais, sociais e profissionais (D.2), fomentar a inclusão e a participação por via da cultura (D.3) e diversificar a oferta de serviços sociais dirigida à população sénior (D.4).

Os principais resultados visados por este Eixo (devidamente quantificados na secção seguinte) passam por:

- ampliar a capacidade de resposta disponibilizada pelos equipamentos sociais da região;
- implementar projetos direcionados para a inovação e experimentação social;
- diversificar a oferta de serviços destinados à população idosa.

O Eixo E tem como Objetivo Estratégico a melhoria dos níveis de sucesso educativo na região, designadamente por via do combate ao insucesso e ao abandono escolar e da obtenção de ganhos em matéria de qualidade e inovação no ensino. Este Eixo será operacionalizado através de duas Medidas com os objetivos específicos de colmatar situações deficitárias de cobertura ou desempenho funcional dos equipamentos de ensino (E.1) e melhorar o desempenho escolar dos alunos (E.2).

Os principais resultados visados por este Eixo (devidamente quantificados na secção seguinte) passam por:

- ampliar a taxa de cobertura da requalificação dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- multiplicar a proporção de escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono escolar.

Finalmente, o Eixo E tem como Objetivo Estratégico a intensificação do esforço de modernização administrativa dos Municípios da região, apostando em particular na redução de custos de contexto e na melhoria dos níveis de serviço disponibilizados às populações e às empresas. Este Eixo será operacionalizado através de uma Medida com o objetivo específico de fomentar uma utilização mais alargada e otimizada das tecnologias de informação e comunicação (E.1).

Os principais resultados visados por este Eixo (devidamente quantificados na secção seguinte) passam por:

- ampliar a disponibilidade de funcionalidades de preenchimento e submissão eletrónica de formulários nos 'websites' municipais;
- aumentar a proporção de indivíduos residentes que utilizam meios eletrónicos no seu relacionamento com entidades públicas.

Síntese das Principais Realizações, Incluindo Mecanismos de Recolha de Dados para Cálculo dos Indicadores

O Programa de Ação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo comporta um volume de investimento global de 42,4 milhões de euros, perspetivando-se que o seu financiamento venha a ser participado em 36,0 milhões de euros provenientes dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e permita atingir as seguintes metas de realização em 2023:

- 9 intervenções de modernização administrativa;
- 16,2 milhões de kWh/ano de consumo de energia primária em edifícios públicos;
- 1 plano municipal de identificação de vulnerabilidades e riscos;
- 6 projetos de gestão de riscos específicos;
- 3 projetos de promoção e sensibilização ambiental (resíduos);
- 34 ações de animação, valorização e promoção de elementos patrimoniais com interesse turístico;
- 75 mil visitantes/ano adicionais a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiárias de apoio;
- 11 ações de apoio ao empreendedorismo e dinamização da atividade económica;
- 727 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego (inc. autoemprego);
- 9 projetos no âmbito do desenvolvimento de viveiros de empresas;
- 50 empresas beneficiárias de apoio ao investimento;
- 3 operações de investimento em infraestruturas agrícolas e florestais;
- 9 intervenções em equipamentos sociais e de saúde;
- 12 projetos de inovação e experimentação social;
- 7 projetos de diversificação da oferta de serviços destinados a idosos;
- concretização de intervenções em infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação com capacidade para 410 crianças;
- 2 escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível (ISCED 2).

Do ponto de vista das realizações já programadas e alocadas a intervenções concretas, que totalizam nesta fase 159 operações, verifica-se uma taxa de afetação de 94% do montante de financiamento comunitário solicitado, superando assim de forma clara os 75% exigidos no âmbito do presente Convite.

No que diz respeito ao cálculo dos indicadores de realização e de resultado propostos, preconiza-se o recurso (em função das características de cada indicador em particular) a informação de natureza primária e de natureza secundária.

No primeiro caso (informação primária), os dados de suporte serão recolhidos com periodicidade anual à escala de cada operação em particular a partir dos elementos apresentados pelo beneficiário em sede de candidatura (que incluem informação factual sobre a situação de partida e informação previsionial sobre a meta a atingir em resultado do desenvolvimento da

operação) e no âmbito dos relatórios de execução e/ou final da operação (este último com informação factual sobre o grau de concretização da meta fixada inicialmente ou na sequência de eventuais reprogramações), correspondendo os valores globais por indicador ao resultado da agregação dos dados provenientes das diferentes operações apoiadas.

No segundo caso (informação secundária), os dados de suporte ao cálculo deste indicador serão recolhidos com periodicidade anual a nível agregado para o conjunto da região a partir de informação estatística veiculada por fontes oficiais de produção estatística, com destaque para o Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Educação (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência), Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (Carta Social) e Sistema de Monitorização do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Modelo de gestão e organização, incluindo descrição da Equipa Técnica

O modelo de gestão e organização de suporte à operacionalização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo foi configurado no sentido de complementar e aprofundar o modelo geral de ‘governance’ regional definido no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial adotada. Trata-se, no fundo, de dar seguimento à necessidade de “posterior definição e articulação de modelos organizativos mais específicos e operativos no âmbito da implementação das abordagens territoriais integradas previstas no Acordo de Parceria Portugal 2020, com destaque para o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo (...)”. É de referir ainda, a este respeito, que o modelo proposto procura assegurar plena compatibilidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de Setembro, que estabelece o modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, tomando também como referência a experiência acumulada pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo enquanto Organismo Intermédio do Programa Operacional Regional do Alentejo no âmbito do período de programação 2007-2013.

Neste âmbito, propõe-se a criação no seio da Comunidade Intermunicipal de uma Estrutura de Apoio Técnico exclusivamente dedicada à gestão da implementação do Pacto, cabendo-lhe assumir o exercício das competências de gestão que lhe venham a ser delegadas enquanto organismo intermédio pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores (esta matéria apenas será definida com maior precisão em fase de negociação). Esta Estrutura seguirá de perto o modelo organizativo adotado no âmbito do período de programação 2007-2013, assegurando uma relação direta com as unidades orgânicas que compõem os Secretariados Técnicos das referidas Autoridades de Gestão.

Assim, e com base na experiência entretanto acumulada, a Estrutura de Apoio Técnico proposta será dirigida por um Coordenador alocado em exclusividade à sua atividade, opção que, traduzindo uma solução diferenciada face aos modelos seguidos nas restantes sub-regiões do Continente no anterior período de programação, permitiu assegurar uma mais clara segregação de funções e processos no seio da Comunidade Intermunicipal e uma maior dedicação e especialização na gestão dos recursos comunitários alocados. A este Coordenador competirá também assumir a coordenação dos restantes elementos integrantes da equipa da Estrutura de Apoio Técnico, bem como salvaguardar a necessária segregação de funções entre os diferentes técnicos no processo de análise e acompanhamento de cada candidatura/operação concreta, em

termos que terão forçosamente de ser compatíveis com os Sistemas de Gestão e Controlo que venham a ser definidos para os Programas Operacionais financiadores.

Neste contexto, e sem prejuízo da necessidade de melhor definição de aspetos-chave que apenas serão conhecidos durante o processo de negociação desta candidatura (espectro das competências a delegar, montante final de Fundo a contratualizar, etc.), perspetiva-se que a estrutura e composição da Estrutura de Apoio Técnico preconizada sejam as seguintes:

Coordenador Técnico: Luís Lança Silva (técnico superior dos quadros da EDIA, requisitado para a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo com o objetivo específico de exercer as funções de Coordenador da Estrutura de Apoio Técnico no âmbito do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020; possui mais de 15 anos de experiência em Fundos Comunitários);

Técnicos Superiores: Gonçalo Gomes, José Freitas, José Jaca, Luís Miranda e Maria do Céu Maldonado (equipa multidisciplinar de técnicos superiores alocados pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo à Estrutura de Apoio Técnico no âmbito do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, todos com mais de 5 anos de experiência em Fundos Comunitários);

Técnica Administrativa: Teresa Lobo (técnica administrativa alocada pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo à Estrutura de Apoio Técnico no âmbito do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020).

Sem prejuízo das especificidades que a assunção de responsabilidades enquanto Organismo Intermédio impõe sobre o modelo de gestão do Pacto, prevêem-se também nas secções seguintes as formas concretas de inserção e articulação com o modelo geral de 'governance' regional definido no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial adotada.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

A implementação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo será diretamente apoiada pela montagem e operacionalização de um dispositivo próprio de acompanhamento e avaliação com capacidade para monitorizar a sua dinâmica de execução na ótica das realizações e dos resultados alcançados face às metas estabelecidas em sede programática e contratual, bem como o seu contributo para a prossecução da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Baixo Alentejo. Assim, e de forma sistemática, será possível dispor a todo o momento de instrumentos de verificação dos progressos alcançados e de identificação dos respetivos desvios face ao programado, permitindo assim sustentar processos de tomada de decisão por parte de dirigentes políticos e de gestores técnicos no sentido de formular medidas orientadas para corrigir trajetórias e, no limite, de alteração/revisão das propostas iniciais. Refira-se, em sequência, que este dispositivo de acompanhamento e avaliação será também essencial para assegurar o cumprimento das obrigações de reporte junto das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores do Pacto, bem como de prestação de contas ('*accountability*') perante os órgãos da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (Secretariado Intermunicipal, Conselho Intermunicipal, Assembleia Intermunicipal e Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal) e, em sentido mais amplo, perante o Cidadão.

Neste sentido, o desenho proposto para o dispositivo de acompanhamento e avaliação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo assenta num modelo de acompanhamento da evolução das suas realizações e resultados contextualizado pelo ponto de partida da região, devendo o mesmo permitir aferir o seu contributo para atingir os objetivos e metas constantes do Acordo de Parceria Portugal 2020 e, muito em especial, dos Programas Operacionais financiadores, tal como assumidos em sede contratual. Para este efeito, serão estabelecidos e implementados procedimentos concretos e rotinas específicas de recolha contínua de informação das operações apoiadas no âmbito do Pacto por parte da Estrutura de Apoio Técnico a criar, assim como a definição de produtos de análise, reporte e comunicação adaptados às necessidades de informação dos vários públicos-alvo pertinentes.

De forma mais concreta, propõe-se que as atividades a desenvolver no âmbito da implementação do dispositivo de acompanhamento e avaliação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo venham a resultar na:

- produção de informação de suporte à operacionalização e gestão do Pacto de carácter interno para apoio direto e em tempo real ao desempenho das competências delegadas na Comunidade Intermunicipal através da Estrutura de Apoio Técnico, a qual será sustentada nos sistemas de informação dos Programas Operacionais financiadores e em sistemas próprios construídos para esse efeito;
- produção e disponibilização de Relatórios-Síntese de periodicidade mensal ao Secretariado Intermunicipal e ao Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, habilitando assim estes órgãos com informação regular e sistemática sobre o ponto de situação e a dinâmica de implementação do Pacto e, se pertinente, para a formulação de medidas orientadas para corrigir trajetórias ou, inclusivamente, de alteração/revisão das propostas iniciais;
- produção de Relatórios de Execução de periodicidade anual, onde será analisada a dinâmica de compromissos e de execução do Pacto do ponto de vista dos projetos implementados e das ações de gestão levadas a cabo e o respetivo contributo para os objetivos e metas fixadas em sede de contrato de delegação de competências;
- submissão anual dos Relatórios de Execução ao Secretariado Intermunicipal e ao Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, garantindo informação técnica e de gestão a estes órgãos e suportando eventuais deliberações que estas venham a entender como necessárias no âmbito do Pacto;
- submissão anual dos Relatórios de Execução às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores, garantindo informação técnica e de gestão a estes órgãos e suportando eventuais deliberações que estas venham a entender como necessárias no âmbito do Pacto;
- apresentação anual dos Relatórios de Execução à Assembleia Intermunicipal e ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, dando continuidade ao objetivo de promoção do envolvimento dos atores regionais;
- divulgação anual dos Relatórios de Execução e de outra informação específica considerada pertinente junto da população em geral (sem prejuízo de iniciativas de ciclo temporal mais curto), com destaque para a sua disponibilização em formato digital no 'website' da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, realização de notas/dossiers e conferências de imprensa, etc..

Tal como é possível depreender dos elementos apresentados, considera-se que o dispositivo de

acompanhamento e monitorização proposto traduz um entendimento alargado face àquilo que são as obrigações específicas que decorrem do posicionamento da Comunidade Intermunicipal enquanto Organismo Intermédio, adicionando maior transparência e visibilidade pública ao mero cumprimento das necessidades de reporte formal que virão a ser estabelecidas com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores do Pacto.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Baixo Alentejo é entendido no modelo de *'governance'* regional proposto pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-2020 (que serve de base à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial) como um de entre vários instrumentos de natureza mais programática e operacional que a região perspetiva vir a mobilizar com vista à sua concretização. Por esta razão, considera-se que o envolvimento dos parceiros subscritores do 'Baixo.Alentejo@2020 - Pacto para o Desenvolvimento do Baixo Alentejo' (documento que formaliza o compromisso das entidades signatárias em promover a sua cooperação conjunta com vista a concretizar a Visão de Desenvolvimento e a prosseguir ativamente os Objetivos Estratégicos preconizados pelo referido Plano) deverá ter no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal o seu principal fórum de articulação e concertação, evitando assim uma desnecessária duplicação de estruturas.

Neste contexto, e tal como foi referido na secção precedente, prevê-se que todo o processo relacionado com a gestão e implementação do Pacto venha a ser alvo de acompanhamento regular e sistemático no âmbito da atividade do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Baixo Alentejo. Para este efeito, e sem prejuízo de outras interações, preconiza-se que a Estrutura de Apoio Técnico a criar no âmbito da implementação do Pacto proceda à divulgação e apresentação anual do respetivo Relatório de Execução junto deste órgão, fomentando assim a partilha de informação e a reflexão conjunta entre parceiros. É de referir que esta orientação é totalmente consistente com as disposições constantes do modelo de *'governance'* preconizado pelo Plano Estratégico, as quais elegeram "a análise regular (...) da implementação dos instrumentos contratuais de base territorial previstos no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020" como uma das missões a cargo do Conselho Estratégico em matéria de acompanhamento, monitorização e avaliação. Interessa assinalar, ainda, que é a este órgão que o Acordo de Parceria Portugal 2020 atribui a responsabilidade pela articulação estratégica das diferentes abordagens territoriais integradas aí preconizadas e que se pretendem ver implementadas no Baixo Alentejo (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, Pactos Territoriais para a Empregabilidade, Contratos Locais de Desenvolvimento Social, etc.).

Para além deste órgão de natureza consultiva, que assegura uma forte representação dos principais *'stakeholders'* regionais, a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo tomará também a iniciativa de dar continuidade e aprofundar processos de trabalho em rede de natureza mais operacional, os quais serão organizados em torno de temáticas fundamentais para a implementação da Estratégia Integrada e do Pacto como a inclusão social, a educação e formação, o empreendedorismo, a eficiência energética ou o turismo. Este aprofundamento, a concretizar através dos Grupos Temáticos de Operacionalização previstos no modelo de *'governance'* regional, permitirá assim ir para além da dimensão mais estratégica/institucional que forçosamente caracteriza o Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal e potenciar

a implementação de soluções concretas para os problemas e desafios identificados.

Estes Grupos (ainda não constituídos) assumem uma natureza tendencialmente mais técnica e operacional e são entendidos como veículos fundamentais na organização e dinamização da ação coletiva exigida para concretizar no terreno a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Baixo Alentejo. Trata-se, em concreto, de estimular a formação de ‘comunidades de prática’ de matriz interinstitucional que, complementarmente ao acompanhamento da aplicação das políticas e dos investimentos, possam constituir-se como espaços privilegiados de partilha de experiências (p.ex. boas práticas) e transferência de conhecimento entre os agentes regionais e assumir uma postura proactiva no desenho e montagem de iniciativas concretas, no contacto com potenciais promotores, na promoção de iniciativas emblemáticas e no estímulo a novas realizações complementares ou sinérgicas com o Pacto e com a Estratégia Integrada.

[página intencionalmente em branco]